

tência e a natureza do vínculo, a categoria detida, o tempo de permanência em lugar do quadro de pessoal em que se encontra provido, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como a menção das classificações de serviço dos anos relevantes para efeitos de promoção, com indicação do ano, menção e pontuação obtida;

c) Declaração emitida pelo serviço especificando detalhadamente o conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo candidato nos últimos três anos;

d) Documento comprovativo das habilitações literárias e profissionais;

e) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito, os quais só serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados;

f) Fotocópia do bilhete de identidade.

12.2 — Os candidatos pertencentes ao quadro de pessoal da Câmara Municipal de Odivelas estão dispensados da apresentação da declaração a que se refere a alínea b) do n.º 12.1 sendo ainda dispensada a apresentação dos documentos que constem dos respectivos processos individuais, devendo tal facto ser expressamente mencionado nos seus processos de candidatura.

12.3 — A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão exigíveis nos termos do presente aviso determina a exclusão do concurso, conforme o estabelecido no n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos a apresentação de documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam relevar para a apreciação do seu mérito, bem como a de solicitar aos serviços a que os candidatos pertencem os elementos considerados necessários, designadamente dos seus processos individuais, de harmonia com o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

14 — A apresentação ou a entrega de documento falso implica, para além dos efeitos de exclusão ou de não provimento, a participação à entidade competente para procedimento disciplinar e penal, conforme os casos — artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

15 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

16 — A relação dos candidatos e a lista de classificação final serão afixadas nas instalações da Câmara Municipal de Odivelas, no Departamento Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, na Divisão Municipal de Recursos Humanos, Alameda do Poder Local, 3-B, Odivelas.

17 — Nos termos do disposto no Despacho Conjunto n.º 373/2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março, faz-se constar a seguinte menção: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

9 de Agosto de 2006. — A Presidente da Câmara, *Susana de Carvalho Amador*. 3000215833

### Aviso n.º 48/DRH/SRS/2006

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 10 de Agosto de 2006, foi nomeada coordenadora do Gabinete de Apoio ao Cidadão (nível equiparado a chefe de Divisão Municipal), em regime de substituição, Maria de Fátima da Cruz Simões Estêvão, técnica superior de 2.ª classe, do quadro de pessoal desta Câmara Municipal, com efeitos a partir da data do referido despacho, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, diploma que adapta à administração local a citada lei.

11 de Agosto de 2006. — A Presidente da Câmara, *Susana de Carvalho Amador*. 3000215832

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL

### Aviso

#### Contratos a termo resolutivo certo

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho de 7 de Agosto do ano corrente, foi celebrado contrato a termo resolutivo certo com Adão Ferreira Rocha, pelo período de sete meses, a partir de 8 de Agosto de 2006, para exercer as funções de auxiliar de serviços gerais — canil, com a remuneração mensal de 412,06 euros.

(Isento de visto do Tribunal de Contas.)

21 de Agosto de 2006. — O Vereador, com competências delegadas, *Antonino Aurélio Vieira de Sousa*. 3000215821

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE

### Aviso

Para os devidos efeitos se faz público que, por despacho do signatário datado de hoje, e nos termos e no uso da competência que lhe confere o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foram nomeados, precedido de concurso, Nuno Alexandre Sousa Santos e Filipe José Soares Ferreira, assistentes administrativos principais.

(Não sujeito a visto do Tribunal de Contas.)

7 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António José Ferreira Sousa Correia Santos*. 3000215777

## CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL

### Aviso n.º 76 DRH/SR/06

#### Transferência

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho da vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, Património e Acção Social de 20 de Junho de 2006, foi autorizada, de harmonia com o artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, aplicado às autarquias locais por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, a transferência, a partir de 1 de Setembro de 2006, para desempenho de funções na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, da técnica superior de 1.ª classe (área de Geografia e Planeamento) Júlia Susana Costa dos Reis pertencente ao quadro desta autarquia.

12 de Setembro de 2006. — A Vereadora, *Corália de Almeida Loureiro*. 3000215817

### Aviso n.º 77 DRH/SR/06

#### Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 1 de Setembro de 2006, foi renovada a comissão de serviço por mais três anos para o cargo de chefe de Divisão de Biblioteca e Arquivo Histórico Municipal — Vera Maria da Silva.

A presente nomeação produzirá efeitos a partir de 10 de Setembro de 2006.

12 de Setembro de 2006. — A Vereadora, *Corália de Almeida Loureiro*. 3000215816

### Aviso n.º 78/DRH/SR-06

#### Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal n.º 790/PCM/2006, de 23 de Agosto de 2006, foi José Luís Amado de Freitas Vieira, provido na categoria de

técnico superior assessor principal (área de comunicação social e relações públicas) da carreira de técnico superior, escalão 2, índice 770, com efeitos reportados a 19 de Maio de 2005.

15 de Setembro de 2006. — A Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, *Corália de Almeida Loureiro*. 3000215815

### Aviso n.º 79 DRH/SR/06

#### Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal n.º 825/PCM/2006, de 28 de Agosto de 2006, foi Maria João Varela Macau, provida na categoria de técnico superior assessor principal da carreira de técnico superior, escalão 1, índice 710, com efeitos reportados a 31 de Janeiro de 2006.

15 de Setembro de 2006. — A Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, *Corália de Almeida Loureiro*. 3000215814

### Aviso n.º 80 DRH/SR/06

#### Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 22 de Agosto de 2006, foi nomeada para o cargo de chefe de Divisão de Comunicação Social e Relações Públicas em regime de substituição por vacatura do lugar, Maria Leonina Coutinho de Sousa.

A presente nomeação produz efeitos reportados a 1 de Setembro de 2006, devendo a mesma aceitar o lugar no prazo de 20 dias contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas, nos termos da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

12 de Setembro de 2006. — A Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, *Corália de Almeida Loureiro*. 3000215813

### Aviso n.º 81 DRH/SR/2006

#### Contratos

Para os devidos efeitos se torna público que foram renovados os seguintes contratos a termo resolutivo certo por meus despachos de:

11 de Julho de 2006, Pedro Martins Serra, como apontador, pelo período de um ano.

11 de Setembro de 2006, Ricardo Jorge Mendes Lara Cardoso Caliça, como mecânico, pelo período de um ano.

14 de Setembro de 2006. — A Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, *Corália de Almeida Loureiro*. 3000215812

### Aviso n.º 82 DRH/SR/2006

#### Nomeação

Em cumprimento do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara datado de 13 de Setembro de 2006, Rogério Miguel Mota Ferreira foi nomeado provisoriamente na categoria de técnico superior de 2.ª classe, nos termos do artigo 6.º, n.º 6, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, após ter sido dispensado da frequência de estágio de ingresso por estarem reunidos os requisitos que o permitem, devendo o mesmo tomar posse no prazo de 20 dias contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas, nos termos da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

14 de Setembro de 2006. — A Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, *Corália de Almeida Loureiro*. 3000215811

### Aviso n.º 83 DRH/SR/06

#### Exoneração

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho da vereadora do Pelouro de Recursos Humanos, Património e Acção Social datado de 13 de Março de 2006, foi autorizado o pedido de exoneração de Ana Sofia Morgado Henriques, com efeitos a partir daquela data.

15 de Setembro de 2006. — A Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, *Corália de Almeida Loureiro*. 3000215810

## CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

### Aviso n.º 62/2006

#### Discussão pública do projecto da operação de loteamento com as obras de urbanização designado por «Zona de Actividades Logísticas — Pólo B — Sines».

Manuel Coelho Carvalho, presidente da Câmara Municipal de Sines, faz público, nos termos do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, que se encontra em discussão pública, por um período de 15 dias contados a partir do oitavo dia ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, o projecto de operação de loteamento designado por «Zona de Actividades Logísticas de Sines — Pólo B», acompanhado dos respectivos pareceres, que corresponde aos prédios sítos na Zona Industrial Logística de Sines:

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 1825/050595, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 68, secção K;

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 1829/080595, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 52, secção K;

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 2109/141295, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2, secção L;

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 3644/010402, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 43, secção K;

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 3650/010402, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 38, secção K;

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 3651/010402, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 36, secção K;

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 3654/010402, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 35, secção K;

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 3669/140602, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 11, secção K;

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 3672/140602, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 10, secção K;

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 3673/140602, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 37, secção K;

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 3676/140602, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 71, secção K;

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 3689/250902, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 42, secção K;

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 3712/170203, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 70, secção K.

É requerente API-PARQUES — Gestão de Parques Empresariais, S. A.

Os interessados poderão, no prazo fixado, consultar o presente projecto, todos os dias úteis, das 9 horas às 15 horas e 30 minutos, na Câmara Municipal de Sines, Secção Administrativa de Urbanismo, Edifício Técnico, Estrada na Nossa Senhora dos Remédios, São Mar-